

* 8 JUN 1993

Primeiro o que é urgente

ESTADO DE SÃO PAULO

Con. Brasil

Devem estar causando perplexidade ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, os relatórios que chegam à sua mesa dando conta da situação das finanças federais. Dívidas e mais dívidas que se acumulam a cada dia. Generaliza-se, na administração federal, um calote de dimensões que somente agora começam a ser contabilizadas. Ainda na semana passada, foi o ministro informado de que o endividamento das empresas estatais com o Tesouro ascende a US\$ 146,7 bilhões. Endividamento líquido, apurado depois de um acerto de contas iniciado pelo extitular da pasta Paulo Haddad, em que foram abatidos os débitos do Tesouro para com essas empresas. O mais grave é que essa dívida só cresce, uma vez que o governo continua honrando os avais que deu a essas organizações ao pagar compromissos por elas assumidos — e não solvidos — no Exterior. Segundo o ex-ministro Eliseu Resende, só neste ano tais compromissos pagos pelo Tesouro ultrapassam US\$ 3 bilhões.

Não bastasse esse saco sem fundo representado pelas contas das estatais, há ainda a dívida dos Estados. Estas, segundo o último levantamento do Banco Central, já somam US\$ 54 bilhões. O Estado de São Paulo ocupa, no rol dos devedores, uma pouco honrosa liderança, com 30%.

O quadro é de desordem e

caos, mesmo porque, afora as dívidas mútuas entre empresas estatais (entre si e com o Tesouro), reina, também, incerteza quanto à validade dos números apresentados pelo ex-ministro Haddad, relativos à arrecadação e às despesas.

Diante deste cenário, o atual ministro corre o risco de perder-se em meio a um emaranhado de números inconsistentes. Fica-lhe difícil, senão impossível, chegar ao que constituía o grande objetivo de Paulo Haddad, o acerto do grande passivo nacional. E isso porque tal passivo não foi ainda totalmente avaliado, é herança de vários governos e não poderá ser equacionado nos poucos meses que lhe restam, ainda que consiga man-

ter-se no posto até o fim da atual administração.

O ministro da Fazenda deve pautar sua ação por princípios pragmáticos: evitar que esse passivo cresça proibindo, *radicalmente*, que as estatais continuem se endividando e jogando o débito, em última instância, sobre o Tesouro; tentar reduzir o ônus da dívida existente — seja ela de US\$ 100 bilhões ou US\$ 150 bilhões — mediante intensificação efetiva do processo de privatização. Este é o nó górdio de todo o problema do passivo nacional. Ao contrário do que ocorre em outros países, como os EUA, por exemplo, o Brasil dispõe de patrimônio mais que suficiente para vender, pagando seus débitos e sanean-

do as finanças. Mas, para tanto, é urgente e imprescindível contar com o apoio decidido do presidente da República, uma vez que a máquina da burocracia estatal está enterrando o andamento dos processos que levariam aos leilões.

Ainda outro dia, o presidente da Comissão de Desestatização, André Franco Montoro Filho, denunciou publicamente a direção da Petrobrás por estar usando de artifícios para retardar a privatização de empresas petroquímicas. Ora, a Petrobrás é uma empresa do governo, o que obriga o presidente Itamar Franco a reagir energicamente a isso. Ou se trata de desobediência, que deve ser severamente punida, com demissão, ou estamos diante de uma posição dubia do presidente que, no fundo, estaria concordando com a sabotagem contra a privatização.

Finalmente, o ministro deve concentrar sua atenção no problema, imediato, da execução orçamentária, nos cortes indispensáveis e na redução do déficit público.

O titular da Fazenda promete falar à Nação nos próximos dias. Que não se perca em números ou em formulações inconsequentes, mas eleja aqueles que realmente pressionam o caixa do Tesouro, estão na essência das causas da inflação e representam o grande desafio deste governo que, depois de nove meses, ainda não encontrou seu rumo.

